



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

PROJETO DE LEI Nº 66/2026

Institui a cota de contratação mínima de 5% (cinco por cento) de artistas com deficiência em eventos culturais promovidos pelo Município de Araraquara.

Art. 1º Fica instituída, no Município de Araraquara, a cota mínima de contratação de 5% (cinco por cento) de artistas com deficiência nos eventos culturais promovidos pelo poder público.

Parágrafo único. Eventual impossibilidade de cumprimento da cota de que trata o “caput”, por indisponibilidade dos artistas ou outras questões correlatas, deve ser devidamente justificada pelo gestor público.

Art. 2º O poder público deve garantir condições adequadas de acessibilidade aos artistas com deficiência, incluindo, no que couber:

- I – acessibilidade arquitetônica e urbanística;
- II – recursos de acessibilidade comunicacional;
- III – condições adequadas de transporte, camarins e áreas de apresentação.

Art. 3º Para os fins desta lei, fica instituído um cadastro municipal de artistas com deficiência, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

”PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 4 de março de 2026.

FABI VIRGÍLIO

ALCINDO SABINO

MARCELINHO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

JUSTIFICATIVA

Quantos artistas com deficiência você já assistiu?

Essa pergunta nos provoca a refletir sobre o quanto ainda determinamos quem deve ocupar os espaços de visibilidade artística. Historicamente, artistas com deficiência foram invisibilizados e excluídos do circuito cultural formal.

“Vocês, bípedes, me cansam!” — frase do artista Eduardo Oliveira, conhecido como Edu O., pesquisador e professor de dança na Universidade Federal da Bahia — é uma provocação direta sobre o capacitismo estrutural que atravessa a sociedade e afasta trabalhadores das artes com deficiência dos palcos e das políticas públicas culturais.

“O capacitismo nos excluiu da história da arte e da cultura brasileira”, afirmam os responsáveis pelo Mapeamento Acessa Mais, projeto coordenado por Edu O. e Marilza Oliveira, que realizou um diagnóstico inédito sobre artistas e agentes culturais com deficiência no país.

O levantamento, realizado em 2025, registrou 3.498 artistas e agentes culturais com deficiência no Brasil, com atuação principalmente em música (12,4%), artes plásticas (10,7%), dança (10,7%), e audiovisual/fotografia (10,4%). Ainda assim, a adesão foi considerada baixa, indicando que o número real é significativamente superior. Considerando que aproximadamente 8% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, é razoável supor que a presença desses profissionais no setor cultural siga proporção semelhante — ainda que invisibilizada.

Diante desse cenário, o presente Projeto de Lei se apresenta como uma provocação legislativa necessária, buscando orientar a gestão cultural do município de Araraquara a observar esse parâmetro em suas programações e contratações. Trata-se de medida que promove:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- Inclusão e representatividade real;
- Ampliação do acesso ao mercado de trabalho;
- Combate ao capacitismo estrutural;
- Inovação estética e criativa;
- Equidade de oportunidades,
- Formação de novos públicos.

A arte é instrumento fundamental de expressão, identidade e subsistência. Garantir que artistas com deficiência ocupem os palcos não é apenas ampliar oportunidades, mas reconhecer talento, competência técnica e o direito ao exercício profissional.

A reserva mínima de 5% configura medida razoável e viável, funcionando como ponto de partida para que o poder público enfrente a histórica invisibilização desses profissionais. Trata-se de ação concreta para superar preconceitos estruturais e afirmar que a deficiência não limita a técnica, a criatividade ou o domínio artístico.

Diante do exposto, e considerando o parecer de constitucionalidade emitido pela Diretoria Legislativa, contamos com a sensibilidade e o apoio dos nobres pares para a aprovação deste relevante Projeto de Lei.

CÓPIA NA ÍNTEGRA DO PARECER TÉCNICO DA DIRETORIA LEGISLATIVA ENVIADO POR E-MAIL NO DIA 09 DE JANEIRO DE 2026.

Projeto de Lei: Dispõe sobre cota de contratação mínima de 5% (cinco por cento) de artistas com deficiência em eventos culturais promovidos pelo Município de Araraquara.

Autor: Fabi Virgílio



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Prezadas,

Trata a presente análise do anteprojeto que, em síntese, pretende estabelecer cota de no mínimo 5% de artistas locais nas contratações realizadas pela administração pública municipal para eventos culturais.

Pois bem, no que concerne à possibilidade de legislar localmente sobre o tema, é lícito ao município dispor sobre a matéria visando o interesse local e suplementando a legislação federal, conforme art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista ainda a competência comum dos entes para proteção das pessoas com deficiência prevista no inciso II do art. 23 da Lei Maior.

Diante do caso concreto, o anteprojeto busca a inclusão da pessoa com deficiência, não havendo que se falar em violação aos princípios da igualdade e competitividade nas contratações públicas, uma vez que tais valores devem ser sopesados com a mencionada inclusão de forma a dar concretude ao princípio da isonomia.

E no que diz respeito à competência da vereança para iniciar o processo legislativo sobre a matéria, note-se que o anteprojeto não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo visto que não trata da estrutura da administração pública local ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico dos servidores públicos, nem tampouco adentra assuntos específicos da reserva de administração do Prefeito, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

Nessa mesma linha também caminha o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre o assunto em caso similar.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 3.786, DE 16 DE JULHO DE 2015, DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE "DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA MOTORISTAS DE TAXI, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, OU MOBILIDADE REDUZIDA NAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE MIRASSOL. VÍCIO DE INICIATIVA. INOCORRÊNCIA. NORMA IMPUGNADA QUE DISCIPLINA MATÉRIA ATINENTE À PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, QUE NÃO É DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO ALCAIDE, NÃO CONSTANDO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

DO ELENCO DO ARTIGO 24, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, PARA CUIDAR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA, PROTEÇÃO E GARANTIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**, CONSOANTE ART. 23, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI FEDERAL Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL (ART. 30, I, CF). PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA GENÉRICA, POR OUTRO LADO, QUE NÃO MACULA DE INCONSTITUCIONALIDADE A NORMA, ANTES, TORNA-A INEXEQUÍVEL NO EXERCÍCIO EM QUE EDITADA. AÇÃO IMPROCEDENTE.

(TJSP; DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE [2171709-50.2015.8.26.0000](#); RELATOR (A): XAVIER DE AQUINO; ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - N/A; DATA DO JULGAMENTO: 03/02/2016; DATA DE REGISTRO: 23/02/2016 – *grifos nossos*)

Ante o exposto, entendemos não haver óbice jurídico à propositura, razão pela qual se sugere apenas meras adaptações de natureza técnica e legislativa, nos moldes da minuta que sugerimos em anexo.

Sendo o que nos competia informar, despedimo-nos.

EMITIDO PELO SERVIDOR EWERTON DA SILVA VILELA – DIRETORIA LEGISLATIVA.

”PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 4 de março de 2026.

FABI VIRGÍLIO

ALCINDO SABINO

MARCELINHO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=85VR068V53GZ3F6B>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **85VR-068V-53GZ-3F6B**